

# Bibliografia

ALVES, Aluizio. No presente com os olhos no futuro; uma reforma democrática. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, 1988.\*

Atendendo à convocação específica, o Ministro Aluizio Alves esteve no Senado Federal no dia 03.05.88 para prestar alguns esclarecimentos aos senhores Senadores da República.

Inicia fazendo um histórico de como era a Administração Pública em 1985, as atribuições do DASP, da SUCAD e da FUNCEP. Ao fazer a análise salarial observa a multiplicidade de regimes e tabelas vigentes no Ser-

viço Público, o desconhecimento parte do Governo de quantos eram os seus funcionários e empregados e onde estavam localizados, o excesso de tipos de gratificações existentes e finalmente as doze referências que os servidores receberam num só dia.

Mediante a situação, os primeiros meses de sua atuação na Pasta, foram de angústia e de perplexidade, o que levou sua equipe a apresentar-lhe propostas e mediante estratégias previamente estudadas e definidas, procurar agilizar a máquina administrativa envolvendo os aspectos de estrutura organizacional, burocracia e recursos humanos.

Apresenta as inovações feitas no

Serviço Público, tais como o Cadastro Nacional dos Servidores; a Mala Oficial e o Sistema Nacional de Protocolo.

Com relação à vida funcional, reestruturou a FUNCEP, para abrigar o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública — CEDAM e a Escola Nacional de Administração Pública — ENAP.

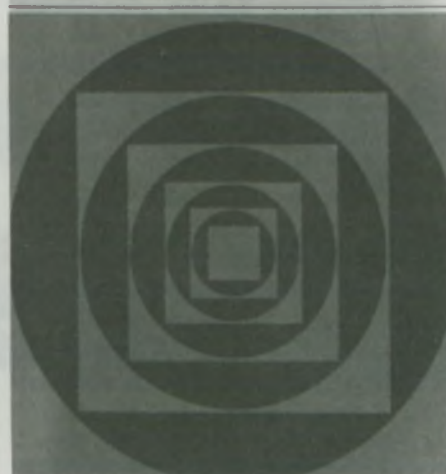
É um texto que possui alguns aspectos importantes. Primeiramente, é um documento histórico de valor inestimável mesmo porque ao publicá-lo, a FUNCEP coloca à disposição do cidadão, as informações básicas que regem o Serviço Público atual. Em segundo lugar, inicia-se a

SEDAP-PR/FUNCEP

Estado e Administração Pública:  
reflexões

CÉLIO FRANCISCO FRANÇA  
BELMIRO VALVERDE JORIM CASTOR

SRAOB: SCORRABY 3MAN  
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA PERES  
WALTER COSTA PORTO



SEDAP-PR/FUNCEP

No Presente com os Olhos  
no Futuro:  
uma Reforma Democrática.



## BIBLIOGRAFIA

prática de transparência administrativa e de democratização do acesso às informações relacionadas à Administração Pública brasileira.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim e outros. Estado e Administração Pública: reflexões. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, 1987. 188p\*

Ainda buscando a democratização do acesso à informação na Administração Pública brasileira, a FUNCEP edita mais esta obra que objetiva divulgar alguns dos trabalhos apresentados durante os seis anos consecutivos de realização do Concurso de Monografias sobre Serviço Público.

É proposta do texto permitir uma reflexão crítica sobre o serviço público brasileiro, e as relações entre o Estado e a Administração Pública.

O primeiro texto “configura a emergência de uma era de limites no mundo que desnuda as distorções do desenvolvimento brasileiro e desenha um novo modelo de Administração Pública, com apoio na descentralização e na capacidade de mobilização das energias existentes no tecido social brasileiro, para cumprimento de objetivos e de políticas de interesse público.”

Já o Prof. Simon Schartzman, aborda a competência administrativa e democracia, dentro do uso político-partidário com a convivência ineficiência versus clientelismo, e aponta o encaminhamento de forma adequada da questão dignificação e melhoria da qualidade do serviço público. Um aspecto interessante aqui abordado é o alerta à leitura correta do modelo burocrático de Max Weber que chama a atenção para o contexto político e social que a boa administração requer. Assuntos como a tentativa de corrigir os problemas administrativos do país pela privatização do serviço público, são tratados e discutidos em detalhe, apontando ao leitor algumas propostas concretas.

José A. de Souza Peres desenvolve o tema buscando analisar a relação estreita que existe entre bem-estar, bem comum e prestação de serviço público. A presença do homem em sociedade é a do ser cultural que busca, nas instituições que elabora e operacionaliza, atender e satisfazer suas necessidades bio-psicossociais. Conclui seu trabalho uma hipótese que conduz a uma reflexão: “Se tudo aquilo que o homem cria, de material ou de imaterial, para satisfazer suas necessidades de relacionamento com o meio físico ou social é cultura, assim também, ou seja, como cultura, pode e deve ser entendido o serviço público”.

Finalmente, o prof. Walter Costa Porto com sua mente organizada e reflexiva busca a maior racionalização do processo de elaboração das leis bem como da ordenação dos textos normativos vigentes. Como só poderá acontecer, Mestre Costa Porto indica medidas concretas para alcance desses objetivos, por entender o quanto uma legislação clara, precisa, de fácil manuseio e compreensão, pode colaborar para o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas.

EDITORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS/Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras, Subcomissão de Política Editorial e Normalização. Brasília, Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal; Departamento de Imprensa Nacional, 1987. 250. il.\*\*

Trabalho resultado do esforço de um grupo de profissionais abnegados e dedicados à política editorial na Administração Pública brasileira. Dedicado essa refletida no zelo ao tratamento da informação produzida nos órgãos governamentais.

O propósito principal é que esta obra sirva como ferramenta de trabalho aos profissionais que têm sob sua responsabilidade a editoração de publicações oficiais nos mais diferentes órgãos de governo e nos mais distantes pontos do país.

Busca condensar num só volume, o maior número possível de informações que orientem os trabalhos editoriais.

Com Publicação Oficial entende-se “todo documento impresso ou produzido por processo reprográfico, editado por instituição que se inclua em um dos tipos convencionados a seguir, e ao qual o público tenha acesso, sem restrições:

- Senado Federal, Câmara de Deputados, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais de Vereadores;
- Instituições dos governos federal, estaduais, territoriais e municipais, do executivo, legislativo e judiciário;
- Instituições passíveis de serem consideradas como oficiais ou do tipo governamental, isto é, que tenham sido criadas por ato do poder legislativo ou do poder executivo dos governos federal, estaduais, territoriais ou municipais, mantendo vínculos com os mesmos, quer através de orçamento que lhes são atribuídos ou de qualquer tipo de subordinação.
- Instituições das quais façam parte os governos federal, estaduais, territoriais ou municipais, através da concessão de recursos para desempenho de suas atividades.”

Rico em exemplos, define com precisão a estrutura física do documento, quer seja publicação periódica, quer seja monografia ou coleção.

Enriquece o texto o Manual do ISBN para o Editor; a Instrução Normativa n.º 83 que padroniza os papéis para uso no Serviço Público Federal; a Lei n.º 5.988, de 14.12.73, que regula os direitos autorais; as Normas Técnicas para Apresentação Tabular da Estatística Brasileira.

Observações: Interessados em obter os títulos aqui referenciados poderão dirigir-se a:

\* Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP — através do telefone: (061) 245-5909 ramal 211.

\*\* Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal — ABDF — através do telefone: (061) 224-3499, para o texto sobre Editoração de publicações Oficiais.